

VISÃO DO CORREIO

Não se espera alta dos juros

No mês em que se comemora os 30 anos do Plano Real, como que em uma deferência, a inflação oficial divulgada recuou, com o índice ficando abaixo, inclusive, do que previa o mercado financeiro. É uma boa notícia, principalmente considerando que o índice de preços caiu de 0,46% em maio para 0,21% em junho, mas é como se estar em um carro olhando pelo retrovisor. Essa queda da inflação é pontual e, já no próximo mês, deve refletir a escalada do dólar e o reajuste dos combustíveis. A perspectiva de aumento da inflação em julho e no acumulado de 12 meses não deve ser, no entanto, motivo para que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), decida por elevar a taxa básica de juros, hoje em 10,5%.

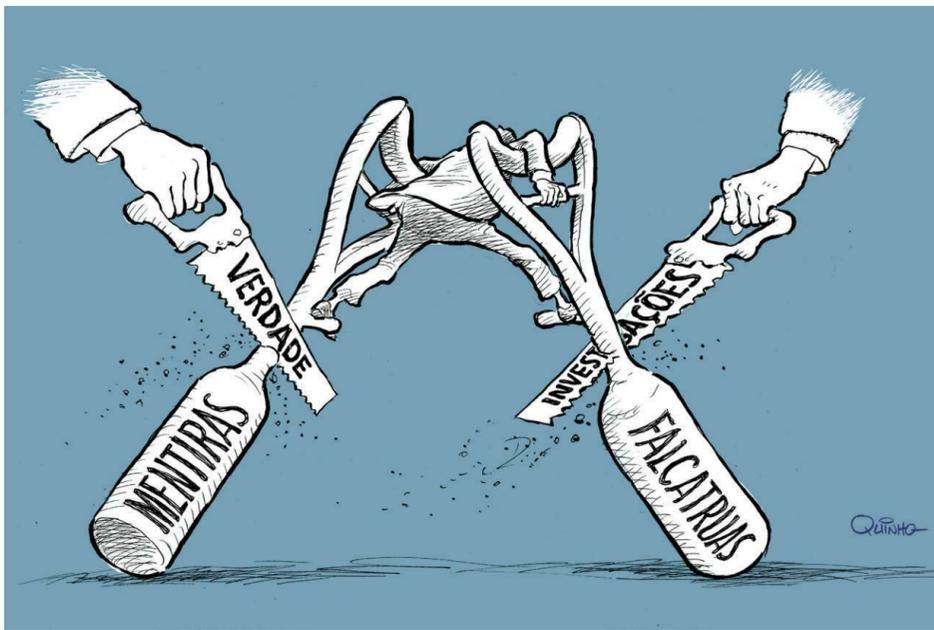
Economistas e investidores chegaram a projetar um aumento da taxa, mas, observando os detalhes do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se nota uma acomodação em núcleos considerados mais resilientes à política monetária. Embora a inflação do primeiro semestre seja de 2,48% e, no acumulado de 12 meses, ela chegou a 4,23%, se aproximando do teto da meta para 2024 de 4,5% — 3% com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos —, não há motivos para o aumento dos juros na próxima reunião do Copom, em 30 e 31 de julho.

A explicação para a inconveniência de se elevar as taxas de juros vem do próprio argumento usado pelo BC, que observa os núcleos da inflação e os reajustes de preços dos serviços. Em junho, a

média dos núcleos inflacionários ficou em 0,22%, desacelerando em relação ao 0,39% registrado em maio. Em 12 meses, houve uma leve aceleração de 3,55% para 3,57%, mas dentro da margem. Já a inflação dos serviços ficou estável em 0,04%. Esse resultado foi fortemente impactado pela redução de 9,88% no valor das passagens aéreas. Mas não apenas os bilhetes aéreos. Desconsiderando-os, há uma queda de 0,31%, em maio, para 0,22%, em junho, na inflação dos serviços. Com isso, em 12 meses, os reajustes de preços dos serviços retomaram o processo de desaceleração, ficando em 4,57%.

O detalhamento da inflação mostra, de forma clara, que os preços estão sob controle, numa tendência que é favorecida pela própria estabilidade econômica. Sem ruídos de comunicação (leia-se declarações fortes do presidente Lula contra o presidente do BC) e com o próprio Banco Central mostrando unidade, o cenário de incertezas se dissipa, levando a uma acomodação do câmbio em um patamar mais baixo, reduzindo a pressão sobre os preços internos. Para os próximos meses, a perspectiva é positiva para a redução da inflação.

Não se quer que haja condescendência da autoridade monetária com os preços, mas também é preciso ponderar que não há necessidade de um arrocho maior para conter futuros reajustes. Mesmo a alta dos combustíveis tende a ser neutralizada pela valorização do real frente ao dólar, que pode se acentuar com a perspectiva de corte nas taxas de juros dos Estados Unidos a partir de setembro. O que se espera é que possa haver ambiente para que, antes do fim do ano, o Copom retome o corte de juros.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Asteroide

O asteroide que passou, praticamente, na mesma rota da Terra causou vários transtornos a este planeta, como a devastação do Rio Grande do Sul. Quase derrubou um avião que sobrevoava o Oceano Atlântico, entre os continentes Sulamericano e Europeu, com destino ao Uruguai, causando turbulência nunca antes ocorrida. Continuou sem rota certa no espaço sideral, podendo colidir com outros astros, ocasionando sérios problemas à nossa galáxia. Os analistas e estudiosos da UnB podem detalhar o que ocorreu no Brasil. É o que se espera! Sem ser astrônomo, apenas curioso nessa área, expresse e indico este meu entendimento para melhor análise dos que dominam a matéria.

» José Lineu de Freitas
Vila Planalto

Coerência

Uma missivista habitual desta coluna responde com bastante coerência ao jornalista de extrema-direita, que faz comparações esdrúxulas sobre covid e dengue. Não há em lugar nenhum escrito que jornalista não tenha preferência partidária, porém, a ética profissional exige que seja, no mínimo, justo, ético e honesto quando publica algum artigo. De 10 artigos que publica, 11 são batendo no governo atual, ou cobrando do Supremo Tribunal Federal (STF) cumprimento constitucional sobre liberdade de expressão, numa defesa infundada, principalmente de deputados despreparados e mal-educados que deviam estar presos há mais tempo, por infringirem o artigo 5º, inciso X de nossa Constituição. Esses cidadãos, provavelmente, não receberam, em casa nem na escola, um ensinamento basilar, de “que o seu direito termina quando começa o meu”. Transgredir é uma prática muito usual, principalmente de muitas “excelências”, quando flagrados, viram “santos”, e ainda encontram pessoas sem noção, para defendê-los. Porrete firme em quem transgredir.

» Valter Eleutério da Silva
Taguatinga

Direito de defesa

Existe, naturalmente, muita gente que tem uma argumentação honesta, inteligente e sensata ao falar do direito de defesa, uma garantia essencial para proteger o cidadão da injustiça e das violências da “autoridade pública”. Mas, é claro, o problema não está aí. Ele começa quando essas garantias da lei passam a ser usadas como incentivo ao crime. O mandamento supremo das “garantias” determina que é indispensável fazer a “defesa absoluta da lei”. Quem realmente ameaça a lei, em primeiro lugar, é o crime, e não quem quer punir o criminoso. Quando a lei, na prática, existe para proteger o crime, pois foi escrita com esse objetivo, defender a lei passa a ser defender o criminoso. Infelizmente, poderes do Judiciário, estão a defender o ilícito. Vem daí, e de nenhum outro lugar, a quantidade abusiva de recursos em favor do acusado, a litigância de má-fé e a elevação da chicana ao nível de “advocacia”. Mais ativos são os escritórios de advocacia milionários que se especializam na defesa de corruptos. Seus anjos preferidos são os tribunais superiores. O mais valioso deles é o Supremo Tribunal Federal (STF).

» Renato Mendes Prestes
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Estou aguardando o fim da Reforma Tributária, para ver se o churrasquinho vai ser de músculo ou picanha.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

A publicação de obras em meio eletrônico começa a ganhar espaço no Brasil. Hoje, são 20 mil títulos disponíveis em português.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

PEC da Anistia: deputados perdoam a corrupção nos partidos políticos e reduzem cota para os negros nas disputas eleitorais. Exemplo de seriedade com o dinheiro público e de apelo à paridade étnica-racial.

Joaquim Honório — Asa Sul

Como é importante o primeiro emprego (a gente nunca esquece!). Parabéns ao Correio Braziliense pela honraria do Selo Empresa Parceira da Juventude!

Marcos Paulino — Vicente Pires

O final do jogo Colômbia e Uruguai mostrou que o fair play latino se resolve no braço. E tá falado.

Antonio Jose Gomes Marques — São Paulo (SP)



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Efeitos da arapongagem

Éra, no mínimo, estarrecedor o que ocorria nos corredores da Agência Brasileira de Investigação (Abin) durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A operação da Polícia Federal desencadeada ontem lançou luz sobre os meandros da atuação do grupo contra autoridades da República e desafetos políticos, como jornalistas, influenciadores digitais e formadores da opinião. Em primeiro lugar, está claro que não existia nada de estrutura paralela, pois, com o aval do comando do órgão, servidores utilizavam ilegalmente os sistemas para fazer arapongagem.

O segundo ponto que merece uma atenção especial é que, com base nas informações divulgadas até agora, se tratava também de uma grave ameaça à ordem democrática vigente. A coleta de informações confidenciais e de forma totalmente clandestina de partidos ou figuras políticas representa um ataque à liberdade e aos direitos humanos. É direito constitucional o sigilo de ligações, com exceção das situações específicas de investigação criminal ou instrução processual penal, com autorização judicial, para autoridade policial ou representante do Ministério Público, o que já sabemos que não era o caso.

Exemplos de arapongagem política existem aos montes na história política mundial. O mais famoso se trata do escândalo Watergate, em 1972, quando o presidente dos Estados Unidos,

Richard Nixon, ordenou a espionagem de seus oponentes políticos no Partido Democrata, levando ao impeachment. Em 2013, ao baixar milhares de documentos da Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) e da CIA (a central de inteligência), Edward Snowden revelou como os EUA coletavam dados de milhões de pessoas em todo o mundo sem autorização judicial, desde cidadãos americanos até líderes políticos de países aliados. Houve um repúdio mundial.

No caso brasileiro, a investigação da PF sinaliza que a espionagem tinha ainda um caráter eleitoral. Transcrições de conversas mostram que havia um interesse em tirar a legitimidade do processo democrático e, com isso, influenciar o voto do eleitorado. À época, nunca é demais lembrar que estávamos no auge da polarização política, com uma disputa acirrada entre Bolsonaro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na ciência social, a academia mostra que a espionagem política gera impactos devastadores. Ao corroer as instituições democráticas, mina a confiança da opinião pública e serve para silenciar os opositores. A sensação de estar sendo vigiado tem um efeito inibidor na participação política e na liberdade de expressão. Cria-se, então, uma atmosfera de medo e intimidação que sufoca o debate público e impede o livre fluxo de ideias. Era esse o objetivo da “Abin paralela”? Com a palavra, o leitor.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br